

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 19 de agosto de 1999

Ano 1 Nº 02

Deputados instalam a CPI do BESC

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que vai investigar a situação financeira do Besc, criada no início deste mês por proposição do deputado Heitor Sché (PFL), foi instalada oficialmente nesta quarta-feira 18. Ao deputado Onofre Agostini (PFL) coube a presidência. Já para a relatoria, a disputa foi entre a deputada Ideli Salvatti (PT) e o deputado Ronaldo Benedet (PMDB). Com exceção do voto da deputada petista, os membros da CPI escolheram o nome do deputado Benedet. Os outros cinco integrantes da CPI são os deputados Sandro Tarzan (PTB), Jaime Mantelli (PDT), Herneus de Nadal (PMDB), Reno Caramori (PPB) e Joares Ponticelli (PPB).

O relator da CPI disse que deverão ser chamados para depor todos os ex-presidentes do BESC. "Ninguém é réu até que se prove o contrário. Queremos levantar situações, desde o período que antecedeu a intervenção no banco, em 87, até hoje", salientou. Benedet afirmou que se houver condições jurídicas a CPI deverá convocar também representantes



Deputados Ronaldo Benedet (PMDB) e Onofre Agostini (PFL) comandam a CPI

do Banco Central. "Não concordamos com os números que nos foram apresentados", frisou o relator, que não descartou a possibilidade da Comissão contratar uma assessoria especializada na área bancária para o desenvolvimento de suas atividades.

Na próxima segunda-feira (23), a Comissão volta a se reunir. Dessa vez o relator deverá apresentar o roteiro dos trabalhos, partindo do balanço e do balancete do BESC nos últimos 10 anos. Inicialmente a CPI terá prazo de 90 dias para concluir os trabalhos.

Aberto caminho para a federalização do BESC

Os deputados aprovaram na Comissão de Justiça, e também em Plenário, a admissibilidade à proposta de Emenda Constitucional 12/99 enviada pelo Governador, que suprime o artigo 149 da Constituição Estadual, retirando do texto a definição do banco como instituição pública, permitindo assim a federalização, transferindo o controle acionário para a União.

O projeto volta à Comissão de Justiça para ser apreciado no mérito, onde poderá sofrer emendas, só então retornando a Plenário para votação

definitiva, quando serão necessários 24 votos favoráveis para aprovação.

Por outro lado, os líderes dos partidos de oposição anunciaram a disposição de votar em bloco contra a federalização, quando a proposta vier a Plenário para análise do mérito.

Já o relator da matéria, deputado Jorginho Mello (PSDB), condiciona a federalização à garantia de emprego e demais direitos trabalhistas aos funcionários do BESC através de nova redação ao parágrafo único do artigo 149 da Constituição Estadual.

Aprovadas audiências públicas no Oeste do estado

Página 4

Aposentados participam de sessão especial na AL

Página 5

Sessão marca início da Semana Estadual Antidrogas

Página 8

OPINIÃO

Regiões Metropolitanas – uma realidade



Aprovadas em 1998, pela Lei Complementar nº162, as Regiões Metropolitanas, embora não tenham um conceito oficial, têm como uma das definições mais apropriadas a de ser o agrupamento de municípios limítrofes, os quais exigem planejamento integrado e ação conjunta. São a união permanente de esforços para a execução das funções públicas de interesse comum das pessoas nela atuantes. Neste sentido, foram criadas as Regiões Metropolitanas de

Florianópolis, Vale do Itajaí e Norte e Nordeste.

Conviveu-se muito tempo com iniciativas isoladas das administrações municipais, que ora conflitavam com seu vizinho, ora concorriam e raramente conseguiam se integrar. Vale salientar que a criação das Regiões Metropolitanas objetiva a melhoria da qualidade de vida da população naquilo que as administrações municipais isoladas não têm como atender.

Entende-se como funções públicas de interesse da comunidade, as ações e programas que objetivam melhorar os serviços de infra-estrutura pública. O trabalho integrado das municipalidades no planejamento e na administração regional facilita a obtenção de recursos, racionalizando a aplicação dos recursos disponíveis na solução dos problemas comuns como

saneamento básico; transporte coletivo; educação; segurança pública e meio ambiente.

No que diz respeito ao saneamento básico, a prioridade é definir ações e obras que objetivam a recuperação e preservação de manguezais, mananciais de água e o tratamento de esgoto sanitário, pluvial e do lixo. Em relação ao transporte coletivo, à educação e ao meio ambiente, existem projetos de organização e racionalização do sistema de transporte metropolitano; programas para o uso e ocupação do solo, preservação do patrimônio histórico e cultural e utilização de incentivos técnicos e financeiros como estímulo à atividade econômica.

O que convém salientar nesta questão é que a organização dos interesses municipais agrupados em regiões Metropolitanas constitui-se na evolução da idéia do planejamento integrado de ações até o âmbito de todo o Estado. O objetivo final há de ser este: as ações públicas serem o resultado de planejamento integrado, quer ao redor de uma cidade pólo, quer em micro-regiões, regiões, até o âmbito de todo o Estado.

Trata-se de uma longa caminhada, mas necessária, permitindo que os poucos recursos públicos disponíveis sejam aplicados corretamente, com toda a eficiência e resultados. Sem este tipo de planejamento integrado, isto será difícil de ser alcançado.

*Deputado Wilson Wan-Dall
Líder do PFL*

O BESC é dos catarinenses



A questão do Banco do Estado de Santa Catarina tem como pano de fundo a política privatizante do Governo Federal que não deseja mais a existência de bancos públicos no país. Neste contexto ideológico o FMI, o presidente FHC e o Banco Central, sintonizados na mesma visão, impõem a Santa Catarina a federalização da instituição, caminho para a privatização.

Definitivamente eles querem acabar com um banco que é nosso componente estratégico na cobrança de tarifas de energia elétrica, água, telefones, impostos, taxas e no pagamento de salários de muitos servidores públicos e trabalhadores de outros ramos da atividade econômica no Estado.

Convencidos de que o Banco Central não realizará a liquidação do banco do Estado, propomos o combate à federalização, através de campanhas que resultem na auto-estima do povo catarinense e que se consubstanciem em manifestações de contrariedade. É preciso resistir, nunca capitular.

Defendemos que se acabe com a influência corporativa na forma de gestão. A instituição não pode ter como finalidade estanque manter o emprego dos seus servidores, mas estar a serviço dos interesses da sociedade como um todo. É preciso impedir o aparelhamento de governantes catarinenses que não fizeram mais do que usá-lo para interesses demagógicos, populistas, eleitoreiros e, em favor dos “amigos da corte”.

Vender parte do capital imobiliário também é uma medida necessária para minorar as dificuldades do banco. Além disso, propomos definir e promover um programa de demissão voluntária e incentivada como forma da instituição se adaptar à nova realidade tecnológica a que foi subordinado todo o sistema bancário do País

Este momento histórico que passa a nossa instituição financeira impõe a todas as forças vivas da sociedade um grau de responsabilidade, que deve levar em conta os interesses maiores de Santa Catarina. Não é justo, nem legítimo que percamos a presença de um setor tão importante para o desenvolvimento econômico do Estado. Por isso, é importante resistir.

*Deputado Jaime Duarte
Líder do PPS*

Mesa Diretora:

Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
1º Vice-Presidente: Heitor Sché (PFL)
2º Vice-Presidente: Pedro Uczai (PT)
1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PPB)
2º Secretário: Romildo Titon (PMDB)
3º Secretário: Afonso Spaniol (PDT)
4º Secretário: Adelor Francisco Vieira (PFL)

Órgão informativo do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luiz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC
E-mail: imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz
Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974
Editoração e Diagramação: Noeli T. Livi
Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Padilha, Ana Maria Baggio, Paula Moreira
Fotografia: Jonas Lemos Campos, Maria do Carmo Kravchychyn, Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Alberto Neves
Ilustrações: Hudson Mendes Cardoso
Distribuição: Setor de Expedição da Divisão de Imprensa
Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

MESA DIRETORA

Knaesel discute reforma tributária em Brasília

Um almoço com os presidentes dos poderes legislativos de todo país na residência do presidente da Câmara Federal, deputado Michel Temmer (PMDB), foi o primeiro compromisso do presidente da Assembléia Legislativa, deputado Gilmar Knaesel (PPB), esta semana. O encontro contou com a presença do deputado federal Germano Rigotto (PMDB/RS), presidente da Comissão da Reforma Tributária. "O objetivo é formar um movimento nacional dos legislativos estaduais para acompanhar a reforma tributária," conta Knaesel.

O encontro com Temmer e Rigotto é uma seqüência das ações iniciadas na Conferência dos Legislativos Estaduais, que aconteceu em maio último em Recife. Na ocasião, a questão mais debatida foi a necessidade de maior autonomia para os estados e municípios. Na reunião de Brasília, os presidentes das Assembléias discutiram formas para que a reforma tributária atenda a esta necessidade. "Não concordamos e não aceitamos que os impostos sejam



(foto: Jonas Lemos Campos)

Deputado Gilmar Knaesel (PPB)

centralizados no governo federal, com a perda inclusive da autonomia legislativa sobre os impostos municipais e estaduais," explicou o presidente Gilmar Knaesel, considerando que esta medida prejudica a situação do pacto federativo. "Além disso, a atual proposta de reforma é tímida na diminuição de impostos e da

carga tributária," completa Knaesel.

Algumas alternativas foram discutidas tendo como exemplo os sistemas vigentes em outros países. "Deveríamos adotar os modelos como os dos Estados Unidos, Alemanha, Suíça e Canadá, entre outros, que são descentralizados," sugere o deputado, que começou a defender a autonomia estadual ainda em seu primeiro mandato, no ano de 1990. "Nesses lugares, a partir das leis federais básicas, cada estado elabora sua constituição de acordo com suas necessidades e diretrizes".

O presidente da Assembléia diz ainda que a interferência do governo federal aniquila os municípios, citando como exemplo a emenda número 20 da Reforma Administrativa. Com a emenda, as Câmaras de Vereadores e as Assembléias Legislativas perdem o direito inclusive de definir os salários de seus funcionários. A partir da reunião em Brasília, os presidentes dos legislativos estaduais estão mobilizados para acompanhar e evolução da reforma.

Intercâmbio universitário com a Itália

O critério a ser adotado para a seleção dos candidatos às bolsas de estudo em universidades de Veneza será discutido, ainda esta semana, em reunião entre o presidente Gilmar Knaesel e os reitores das universidades catarinenses. Estão confirmadas as presenças dos representantes da Acafe, Udesc, Unisul, Furb e Febe. A bolsa inicial é para ensino da língua italiana por um período de dois meses. O protocolo de intercâmbio sócio-cultural para o direito ao estudo universitário em Veneza, na "ESU di Venezia" (Empresa Regional para o Direito ao Estudo Universitário) já foi assinado pelos reitores da Unisul e da Udesc. O convênio foi firmado na viagem à Itália feita pela comitiva de deputados catarinenses em julho último.

Assembléia poderá sediar Conferência das Américas no ano 2000

A Mesa Diretora aprovou a elaboração de proposta de candidatura para sediar no ano 2.000 a Conferência Parlamentar das Américas, fórum que reúne as assembléias parlamentares dos Estados unitários, federais e federados, os parlamentos regionais e as organizações interparlamentares das Américas.

A Conferência, segundo o presidente da Assembléia, deputado Gilmar Knaesel (PPB), "favorece o entendimento sobre questões de interesse comum no âmbito dos processos de integração continental, com o propósito de participar da edificação de uma comunidade das Américas, baseada na paz, democracia e justiça social".

A Assembléia catarinense deverá concorrer contra dezenas de assembléias interessadas em sediar o encontro com duração de dois dias e meio e que vai congrega cerca de 250 parlamentares e

convidados.

Segundo os organizadores da Conferência, "receber a assembléia anual assegura projeção da anfitriã diante dos outros parlamentos do continente e das organizações internacionais". As repercussões econômicas também deverão ser levadas em conta, em função da lotação de hotéis, refeições, transporte e compra de bens e serviços de todo o tipo em empresas locais.

Os deputados que compõem a Mesa Diretora estão estudando no momento a relação entre o valor das repercussões econômicas e os gastos a serem efetuados para a realização do evento, já que a assembléia anfitriã deverá prover serviços como tradução simultânea, transporte terrestre, refeições, equipamentos sonoros para as salas e sistemas de informática.

COMISSÕES

Aprovada realização de duas audiências públicas no Oeste

As comissões de Constituição e Justiça e da Agricultura, da Assembléia Legislativa, farão audiências públicas em Chapecó e Xanxerê, nos próximos dias 9 e 10 de setembro. As reuniões foram provocadas por requerimentos do deputado Jaime Mantelli (PDT), que é membro das duas Comissões. A de Constituição e Justiça discutirá o processo de emancipação dos distritos chapecoenses de Marechal Bormann e Goio-En. Em Xanxerê, a Comissão de Agricultura debaterá a questão dos produtos transgênicos.

O deputado Mantelli é relator dos dois projetos em tramitação na Assembléia. O processo de emancipação dos distritos de Chapecó é anterior à mudança de legislação que impede a criação de novos municípios, e foi desarquivado pela segunda vez. A audiência pública acontecerá às 16 horas do dia 9 de setembro, uma quinta-feira, no auditório da Secretaria dos Negócios do Oeste. O objetivo de



Deputado Jaime Mantelli (PDT)

promover a reunião em Chapecó é mobilizar a comunidade e lideranças políticas locais, além dos deputados da região e membros da Comissão de Constituição e Justiça.

A reunião que debaterá a questão dos transgênicos está programada para o Centro Comunitário de Xanxerê, a partir de 9 horas do dia 10. A Comissão de Agricultura está especialmente empenhada em debater o tema, que é dos mais atuais. Mantelli tem a relatoria do projeto que pretende disciplinar experiências com produtos transgênicos no Estado. Para esta audiência, que precederá um seminário a ser realizado em Florianópolis, serão convidados representantes de agroindústrias, sindicatos de trabalhadores rurais e outros envolvidos com a matéria.

Já nesta sexta-feira (20), o deputado Mantelli estará em Porto Alegre, representando a comissão no Encontro da Sociedade Civil do Rio Grande do Sul, que abordará o assunto sob o enfoque – “Transgênicos: solução ou desastre?”. O debate contará com especialistas de renome internacional e deverá reunir cerca de 4 mil participantes no auditório Araújo Viana.

Audiência pública sobre BR 282

A Comissão Parlamentar Externa constituída para tratar da duplicação da BR-282 e presidida pelo deputado Romildo Titon (PMDB) promove dia 19 em São José do Cerrito, uma audiência pública, a partir das 14 horas, no Clube 25 de Julho. Além dos deputados que integram a CPE, estarão presentes representantes do DNER, da Secretaria dos Transportes, prefeitos e vereadores da região. “Queremos uma definição para o trecho Lages/ São José do Cerrito/ Vargem/ Trevo da 470 em Campos Novos, que há 50 anos encontra-se em situação precária”, salientou o presidente da CPE. Ele lembra que apenas 13 dos 103 quilômetros de extensão do trecho foram asfaltados.

Mota alerta para uma nova paralisação dos caminhoneiros

O deputado Manoel Mota (PMDB), presidente da CPE que trata dos assuntos referentes à BR-101, garante que se o governo federal não atender, de forma urgente, às reivindicações dos caminhoneiros, uma nova paralisação pode ocorrer nos próximos meses. “Conheço a dura realidade dos nossos caminhoneiros, as dificuldades financeiras e de trabalho. As negociações do governo são muito lentas e de poucos resultados. Se não houver rapidez, pode ter certeza de que haverá uma nova paralisação”.

Mota participou nesta terça-feira (17), de uma audiência do ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, com os representantes dos sindicatos dos caminhoneiros. O ministro prometeu levar as reivindicações ao presidente e garantiu uma nova reunião com as entidades em breve. “De imediato, para

que não ocorra uma paralisação, o governo terá que adotar uma planilha por quilômetro rodado e reduzir o preço dos pedágios. A verdade é que desse jeito o governo não está dando condições de sobrevivência ao nosso caminhoneiro que está no sufoco e desesperado”, justifica.

O deputado explicou que as principais reivindicações apresentadas ao ministro foram isenção do IPI e do ICMS para empresas do setor de transporte; redução do preço dos pedágios; aposentadoria aos 25 anos e obras de infra-estrutura nas rodovias do país. Segundo Mota, o maior problema para o atendimento dessa pauta é a falta de vontade do governo. “Muitos dos representantes dos sindicatos deixaram a reunião, pois estão insatisfeitos com a lentidão do governo federal em negociar. Assim vai ficar complicado”, lamenta.

PLENÁRIO

Assembléia recebe aposentados

Aposentados de diversos municípios do Estado estiveram presentes na sessão especial desta segunda-feira (16), solicitada pelo deputado Manoel Mota (PMDB), quando pediram apoio aos parlamentares e aos integrantes do Fórum Parlamentar Catarinense, em Brasília, à luta da categoria pela manutenção de seus direitos, além da preparação para o XV Congresso Nacional de Aposentados e Pensionistas, que vai se realizar nos dias 19, 20 e 21 de outubro, em Florianópolis.

Críticas veementes à política do presidente Fernando Henrique Cardoso foram proferidas por parlamentares e pensionistas, que enfatizaram o empobrecimento gradativo dos aposentados no país e, no caso de Santa Catarina, foi lembrado o protesto na ponte Pedro Ivo Campos em 1992, durante o governo Collor, quando os manifestantes foram espancados por policiais militares ao protestar contra o não pagamento da ordem de 147% garantidos pela Justiça.

Luiz de Oliveira, presidente da Federação dos Aposentados e Pensionistas de SC, questionou o discurso do governo federal de moeda forte, salientando que o desemprego e os salários baixos estão deixando a população em desespero. Em relação à proposta do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), qualificou a criação do imposto para a pobreza como politqueira e enganosa, já que acaba criando mais impostos. Protestou contra o governo federal ao propor retirar a obrigatoriedade de pagamento dos aposentados até o 10º dia útil de cada mês, assim como criticou o presidente por chamar as pessoas que se aposentam até 50 anos de "vagabundos".

Já o deputado federal Edson Andrino (PMDB), presente no encontro, disse que a falência da previdência no Brasil se deve à sonegação e desvio de recursos, aplicados em outros setores. Informou que 2,6 bilhões de dólares foram descontados dos aposentados para a previdência, quantia que equivale à ajuda dada pelo governo federal aos bancos



Sessão especial recebe reivindicações de aposentados

Marka e Fonte Cidam. Andrino classificou

a federalização, e posterior privatização do BESC, como negociata do Executivo estadual para federalizar a dívida do Ipesc, o que fará com que várias agências do interior sejam fechadas, prejudicando os aposentados.

Luiz Spricigo, da Superintendência do INSS no Estado, lembrou que estudos feitos na capital federal visam

diminuir o número de brasileiros com acesso à aposentadoria, colocando os idosos em segundo plano, que devem lutar para não perder todos os seus direitos. Reiterou que em muitos municípios as aposentadorias pagas pelo órgão somam valores superiores aos arrecadados com o Fundo de Participação dos Municípios, mantendo um grande número de empregos.

Mendonça denuncia distribuição aleatória de títulos do Banco da Terra

O deputado Rogério Mendonça (PMDB) denunciou desobediência às normas do Programa Banco da Terra. Em vias de implantação, o programa tem por finalidade propiciar o acesso à terra, às políticas agrícolas e dotar o imóvel rural a ser adquirido da infraestrutura necessária, permitindo que os trabalhadores rurais não proprietários, os assalariados, os parceiros, os posseiros e os arrendatários obtenham o próprio sustento e o de suas famílias, informou.

Contou que títulos ou certificados de crédito estão sendo distribuídos aleatoriamente. Ressaltou que a aprovação da proposta

de financiamento é condicionada à apresentação de Projeto Técnico que comprove a necessidade de benfeitorias a serem financiadas e demonstre a viabilidade técnica e financeira da atividade agropecuária a ser explorada. Porém, segundo ele, não é isto que está acontecendo aqui no estado.

Na opinião do parlamentar o programa "é bom", porém para seu êxito é necessário a obediência de variáveis, tais como a agricultura como um todo, em especial a agricultura familiar e sua implementação ser de acordo com as normas estabelecidas e fiel aos princípios da transparência e participação, desvinculando outro interesse que não seja o

de dar dignidade àqueles que buscam na agricultura seu meio de vida.

Tornou público também outra desobediência às normas do programa. Disse que cartas de crédito estão sendo entregues em municípios que não contam com Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e em municípios que têm conselho organizado e em funcionamento, mas este não é convidado a participar e desempenhar as atividades que lhe são atribuídas pelo Manual de Operações.

Entende que a desobediência a estes quesitos expõe o produtor a sérios riscos e desacredita o programa.

Regulamentação de mototáxis

O deputado Sandro Tarzan (PTB) é o autor de projeto de lei que dispõe sobre o licenciamento e emplacamento de motocicletas destinadas ao transporte remunerado de passageiros, que será feito pelo Detran nas localidades em que o serviço tenha sido previamente regulamentado por lei municipal.

A proposta do deputado Tarzan objetiva regulamentar essa atividade, já que não existe impedimento legal para a utilização desse tipo de transporte. "A sua aprovação facilitará também aos municípios organizar e implementar legalmente essa atividade, que atualmente é realizada irregularmente, expondo seus usuários a riscos sem que haja responsabilidade específica".

GERAL

Ponticelli critica posição do Brasil no Mercosul

A fragilidade da economia brasileira em relação à Argentina no Mercosul foi duramente criticada pelo deputado Joares Ponticelli (PPB), que considera necessário “devolver na mesma moeda” as ameaças de fechamento de mercado para os produtos nacionais naquele país. Segundo dados apresentados pelo deputado, em 1990 “importamos da Argentina 17 mil toneladas de cebola, contra 329 mil toneladas no ano passado, o que equivale a toda a produção de Santa Catarina, maior produtor nacional. Com o alho, a importação foi de 24 mil toneladas e hoje chega a 70 mil; a batata passou de 5 mil para 95 mil; o arroz de 180 mil para 493; a maçã de 49 para 97 e o leite de 1.140 toneladas hoje importamos 131.460 toneladas”.

Para Ponticelli a integração é um processo de parceria, onde os países aliados formam um bloco econômico para se fortalecerem em busca de outros mercados e consolidarem interesses comuns. “No caso do Mercosul, o Brasil é o grande visado para satisfazer

interesses de países vizinhos. Temos de admitir que o Brasil precisa da Argentina para satisfazer sua demanda de alimentos, já que não temos produção interna suficiente, pois o país não oferece condições para que nossos agricultores possam aumentar a oferta de alimentos”.

Segundo a análise do parlamentar, se não forem importados produtos básicos para atender à demanda interna de alimentos, “vai faltar comida e a inflação vai para o espaço. Também não há interesse do governo em melhorar a renda da população, porque isso determinaria o aumento do consumo e a conseqüente inflação por falta de alimentos. O mesmo acontecerá se baixarem as taxas de juros. Isso não é política econômica. Não é planejamento para o desenvolvimento de um país”, enfatizou o deputado.

Para ele o governo tem de sair da apatia em que se encontra e devolver na mesma moeda as ameaças argentinas, criando restrições à entrada no Brasil de cebola, alho, leite



Deputado Joares Ponticelli (PPB)

e outros produtos. O Mercosul hoje está servindo para que o Brasil, com sua miséria, financie a miséria do povo argentino”, disse Ponticelli.

Dívida do Ipsc foi federalizada

O Senado aprovou termo aditivo ao contrato de renegociação da dívida do Estado de Santa Catarina, permitindo que seja agregado ao total o valor de R\$ 514 milhões referente ao débito que Santa Catarina tem com o Instituto de Previdência dos funcionários públicos – Ipsc.

O projeto recebeu emenda do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), prevendo que os recursos obtidos deverão ser depositados em conta especial vinculada, que só poderá ser utilizada para o pagamento de pensões e aposentadorias devidas pelo órgão previdenciário.

No entanto, senadores ligados ao governo estadual explicaram que por lei estadual, a quantia só poderá ser utilizada pelo Fundo Previdenciário, descartando a vinculação da federalização da dívida do Ipsc com a emissão de títulos públicos para o pagamento de precatórios, que já foram considerados nulos.

Orçamento Regionalizado volta aos trabalhos

O deputado João Rosa (PSDB), Presidente da Comissão de Finanças, marcou para o próximo dia 24 encontro do Conselho Estadual do Orçamento Regionalizado, que também preside, a ser realizado no Plenarinho do Legislativo, às 10 horas.

Na oportunidade pretende discutir e votar o cronograma para as audiências regionais deste ano, e o plano de trabalho modificativo para definição dos valores atribuídos às emendas municipais e regionais e seus critérios de apresentação. Também vai entregar relatório, que possibilitará aos conselheiros o acompanhamento da execução orçamentária deste ano, relacionadas aos investimentos municipais e regionais.

Uczai pede justiça

O deputado Pedro Uczai (PT) propôs moção apelando pela justiça no julgamento dos responsáveis pelo massacre de trabalhadores sem-terra em Eldorado de Carajás, no Pará, em 17 de abril de 1996, em função do julgamento dos 153 policiais militares envolvidos no incidente.

A moção defende o fim da impunidade à violência no campo, considerando que a atitude da Polícia Militar no massacre da “Curva do Oeste” constitui ação criminosa contra os trabalhadores rurais que vêm lutando pela conquista da terra. A ação de repressão da Polícia Militar daquele estado, ao Movimento dos Sem-Terra, provocou na ocasião a morte de 19 trabalhadores rurais, mais a mutilação de outros 69.

FGTS para condenados

O deputado Nilson Gonçalves (PFL) apresentou requerimento, para ser encaminhado ao Ministro do Trabalho, solicitando alteração na Lei 8.036 de 11.05.90 – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - introduzindo autorização para saque do saldo da conta do FGTS do trabalhador condenado em sentença criminal transitada em julgado, a pena de reclusão superior a dois anos. Os recursos serão destinados à manutenção da família do detento.

De acordo com a proposta, não havendo familiares dependentes o presidiário, ao final do cumprimento da pena que lhe foi imposta, terá direito ao saque do saldo da conta do FGTS como medida de grande importância para o reinício de sua vida em sociedade, pois é sabido das dificuldades que são encontradas para obter novo trabalho.

Programa de treinamento

O deputado Neodi Saretta (PT) encaminhou ao Ministério da Educação o apelo dos alunos bolsistas do Programa Especial de Treinamento, financiado pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior que denunciam a extinção do mesmo até o final do ano. Em manifesto à Assembléia Legislativa, os bolsistas dizem que a CAPES reconheceu a importância desse treinamento para o ensino superior e lembram também que o Relatório Boyer (RSTOFF, 1998) recomendou que esta mesma modalidade de treinamento fosse implantada nas universidades dos Estados Unidos, como forma de aprimoramento do ensino de graduação naquele país. Consideram absoluta necessidade a continuidade do programa

Transporte gratuito para policiais militares fardados

Tramitam na Casa dois projetos de lei de origem parlamentar, sobre transporte gratuito para policiais e bombeiros militares em ônibus intermunicipais no estado, desde que fardados e apresentando uma simples identificação. Enquanto o PL 10/99, de autoria da deputada Odete do Nascimento (PPB), se encontra na Comissão de Trabalho e Serviços Públicos, o PL 12/99, do deputado Jaime Mantelli (PDT), está para ser votado pelos membros da Comissão de Justiça.

A proposta da pastora dispõe da gratuidade somente para policiais militares fardados, podendo viajar em pé, uma vez que o número de pessoas transportadas não comprometa a segurança do veículo ou desobedeça qualquer lei existente sobre o assunto. Na existência de

lugares disponíveis, os componentes da Polícia Militar poderão ocupar, no máximo, três vagas por carro.

Já o projeto de Mantelli determina que as empresas de linhas intermunicipais, credenciadas junto ao Departamento de Transportes e Terminais – Deter/SC, vão garantir o deslocamento de policiais e bombeiros militares, no máximo cinco pessoas por veículo, observando a escolha dos contemplados através de ordem de petição, fardados e com identificação funcional. Na indisponibilidade de assentos, os agentes públicos serão transportados em pé, sendo que o artigo 4º diz que o Governador do Estado decretará a regulamentação da matéria no prazo máximo de trinta dias após sua aprovação.

Proposições

Deputado Jaime Duarte (PPS) para que a Casan repasse o valor do convênio firmado com o município de Joinville, para a recuperação da rua Monsenhor Gercino.

Deputado Neodi Saretta (PT) ao DNER-SC, para as providências necessárias ao recapeamento asfáltico da BR-282, trecho entre o município de Xanxerê e trevo do município de Irani.

Deputado Luiz Herbst (PMDB) ao Presidente da Telesc para viabilizar uma extensão de linha telefônica que atenda a localidade de Tira Fogo, município de Bela Vista do Toldo.

Deputado Reno Caramori (PPB) ao Governador do Estado, para que determine a inclusão no Projeto Rodoviário Estadual ou assegure recursos no Prodetur, para o asfaltamento do acesso ao Balneário de Ilha Redonda, no município de Palmitos.

Deputado Moacir Sopelsa (PMDB) ao Secretário dos Transportes e Obras, requerendo a estadualização da estrada municipal asfaltada que liga a SC-303 (Linha Serraria) até a Barragem de Machadinho.

Deputado Onofre Agostini (PFL) ao Governador, para a aquisição da casa onde Anita morou, em Laguna, para assentamento histórico, como também o Forte-Atalaia na Ponta da Barra da Laguna para preservação.

Deputado Luiz Herbst (PMDB) ao Secretário dos Transportes e Obras, para disponibilização da patrulha mecanizada ou convênio com a Prefeitura Municipal de Mafra objetivando a recuperação de estradas vicinais do município.

Deputado Adelor Vieira (PFL) ao Governador, para estender o Programa Troca-Troca da Agricultura à classe pesqueira do município de Balneário de Barra do Sul.

Deputado Clésio Salvaro (PFL) ao Governador e ao Secretário da Fazenda, solicitando a relação com os 100 (cem) maiores devedores da Celesc e qual o montante da dívida de cada devedor.

Deputado Luiz Herbst (PMDB) ao Ministro dos Transportes, para que seja agilizado o processo de concessão da rodovia BR-116 e melhora na sinalização.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao Governador do Estado, indagando se existe convênio formalizado entre o Executivo ou Consórcio de Municípios e o Conselho Curador do Banco da Terra.

Deputado Francisco de Assis (PT) ao Diretor do Deter, seja procedida a alteração do itinerário da linha de ônibus Joinville/Corupá, da Empresa de Transportes Canarinho, que atualmente passa pela BR-101, pelo Bairro Itinga.

Deputado Luiz Herbst (PMDB) ao presidente da Santur e ao Ministro do Esporte e Turismo, a possibilidade de aumentar a participação da Região Dona Francisca no Programa Prodetur/Sul, através da cota de participação.

Deputado Neodi Saretta (PT) ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Concórdia, cumprimentando pela vitória da “Chapa do Peão”, na eleição realizada neste mês.

Deputado Adelor Vieira (PFL) ao Governador do Estado, a realização de estudos para a celebração de convênio com o município de Camboriú para a pavimentação da via pública de acesso à Escola Estadual Professor Mário Garcia, localizada no Bairro Lídia Duarte.

Deputado Joares Ponticelli (PPB) ao Governador do Estado, indagando sobre o total das dívidas que a Prefeitura de Tubarão tem para com a Celesc e a Casan e como está sendo feito o pagamento das mesmas.

ESPECIAL

Sessão Especial marca início da Semana Estadual Antidrogas

Com a realização, nesta segunda-feira, de uma Sessão Especial, na Assembléia Legislativa, teve início a Semana Estadual Antidrogas e Pela Vida. A Sessão proposta pelo deputado Adelor Vieira (PFL) que também é Coordenador do Fórum Estadual Permanente Antidrogas e Pela Vida contou com a participação do Secretário de Saúde, Eni Voltolini, do Superintendente da Polícia Federal, Aroldo Bosquette Soster, do Presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes, Genovêncio Mattos Neto, do Comandante do Policiamento do Litoral, Coronel Cláudio José de Barros, entre outras autoridades, bem como de vários integrantes de comunidades terapêuticas de todo o estado.

Adelor Vieira informou que em visita ao Secretário Nacional Antidrogas, Walter Maierovich, em Brasília, semana passada, com o objetivo de buscar apoio técnico da União, obteve a confirmação que Santa Catarina receberá ajuda financeira, veículos e a incorporação em seu patrimônio de bens apreendidos junto a traficantes, para auxiliar no combate às drogas. O parlamentar disse ainda que o governo do estado está firmando convênio com o Fórum Estadual para a concessão de mil bolsas de estudo para ensino à distância, com a finalidade de treinar agentes de prevenção para atuar na área.

Por sua vez, o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Gilmar



Deputado Adelor Vieira (PFL) preside sessão especial

Knaesel (PPB) frisou que o Poder Legislativo não medirá esforços na busca de soluções para eliminar este flagelo que são as drogas. Já o secretário da Saúde destacou que a necessidade é estabelecer um processo contínuo de prevenção junto à população, caso contrário, somente a repressão será a solução.

Para o deputado Ronaldo Benedit (PMDB) é preciso investir na formação dos pais. Todos os presentes foram unânimes em afirmar que a prevenção contra as drogas começa pela família. O

Superintendente da Polícia Federal defende que é necessário conscientizar as autoridades para priorizar a área da prevenção e depois passar para a repressão. De acordo com o deputado Volnei Morastoni (PT), presidente da Comissão de Saúde da Assembléia, pouco é feito para extirpar as drogas, que para ele "são um problema nacional de saúde pública que deve ser enfrentado numa dimensão maior". Entende que é preciso haver repressão 24 horas sem trégua e integração dos centros de tratamento.

Eventos

Segundo o deputado Adelor Vieira, "a programação da semana antidrogas ocorre em todo o Estado, onde participam as prefeituras municipais, Comens, CREs e secretarias municipais, com o apoio das delegacias de polícia, batalhões e demais unidades da Polícia Militar, em parcerias com várias entidades que lutam para exterminar com as drogas na nossa sociedade". As atividades envolvem jovens e crianças com gincanas, concursos literários, danças e poesia, dramatizações, competições esportivas, pedágio, passeatas, palestras e confraternizações com a participação de pais e professores.

Agenda

De 24 a 27, Exposição em homenagem ao Ex-Presidente da República, Getúlio Vargas, no hall do Palácio Barriga Verde.

Dia 25, às 10 horas, reunião da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado, no Plenarinho.

Convocada pelo seu presidente, deputado João Rosa (PSDB)

Dia 25, às 10 horas, audiência pública para discutir a situação do Hospital Bom Jesus no município de Araquari.

Proposição deputado Jaime Duarte (PPS)

Dia 26, às 19 horas, lançamento da 2ª edição do Código Municipal Comentado de Posturas de Florianópolis, de autoria de Bernadete Ferreira Farias, no hall do Palácio Barriga Verde.